



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Coordenadoria de Planejamento e Gestão Educacional

EDITAL Nº 080/2025

O Desembargador **Luís Camolez**, Diretor da Escola do Poder Judiciário – ESJUD, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a legislação pertinente, faz saber pelo presente Edital que as inscrições estarão abertas para o curso: "**Política Judiciária de Caráter Antimanicominal**", conforme as regras determinadas a seguir:

1. DAS INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Curso: Política Judiciária de Caráter Antimanicominal.

1.2. Modalidade: Presencial. (com possibilidade de transmissão pelo google meet)

1.3. Carga horária: 16h.

1.4. Realização: De 29 a 31 de outubro de 2025.

1.5. Local de realização: Escola do Poder Judiciário do Acre - Esjud.

1.6. Inscrições: De 08 de setembro a 26 de outubro de 2025.

1.7. GAR: O curso está em consonância com os normativos que fixam indicadores para a concessão da GAR, por ser uma ação educacional promovida pela ESJUD.

1.8. Dados do Curso

1.8.1. Justificativa:

Implementação da formação voltada à Política Judiciária de Caráter Antimanicomial. Trata-se de ação estruturante prioritária, prevista no Plano de Ação apresentado pelo Tribunal de Justiça do Acre ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no âmbito da Resolução nº 572/2024, como parte das estratégias de superação das violações identificadas no julgamento da ADPF nº 347. A formação visa capacitar os(as) operadores(as) do sistema de justiça e das redes de apoio para a aplicação efetiva da Resolução CNJ nº 487/2023 e está contemplada na matriz estadual do Plano "Pena Justa". Demanda recebida no processo SEI 0008081-31.2023, documento 2152711.

1.8.2 Formadoras(es):

- **Afrânio José Fonseca Nardy** - Bacharel em Direito (1995) e Especialista em Direito Civil (1998) pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre (2002) em Tratamento da Informação Espacial pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMINAS). Pesquisador Visitante (2003) - Northwestern School of Law of Lewis & Clark College. Colaborador do Projeto de Extensão Janela da Escuta da Faculdade de Medicina da UFMG. Professor da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes. Juiz de Direito de Entrância Especial - Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Professor Assistente da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Experiência e atuação em: Teoria da Geografia. Estudo de Paisagens Culturais. Geografia Humana. Geografia Cultural. Gestão Judiciária. Direito Ambiental. Direito da Infância e da Juventude. Geograficidade e Juridicidade.
- **Ana Cristina Sales de Messias** - Possui graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1992). É Especialista em Saúde Mental pela Universidade Federal do Acre (2006). Possui Especialização em Saúde Pública pela Universidade de Ribeirão Preto (2001). Atua como assistente social da Secretaria de Estado de Saúde do Acre (1992-atual) e do Tribunal de

Justiça do Estado do Acre (1996-atual). Participou de cooperação técnica de pesquisa realizada pelo Laboratório de pesquisa sobre práticas em intergalidade em saúde (LAPPIS), da Universidade Federal do Acre (2009-2010). Recebeu três elogios formais emitidos pelo Poder Judiciário do Acre pela atuação como Assistente Social do Juizado da Infância e da Juventude (1998-1999). Ministrou quatro palestras em nível nacional sobre Serviço Social no Judiciário e Saúde Mental. Organizou dois eventos científicos nas áreas de Saúde Pública e Saúde Mental, com participação como ouvinte em 45 eventos científicos. Tem experiência na área da Saúde e Judiciária, com ênfase em Saúde Pública e Mental, Direito da Criança e do Adolescente.

- **Davi dos Anjos Diniz** - Assistente Social da equipe de atendimento à Pessoa Custodiada (EAP/CE).
- **Flávia do Nascimento Oliveira** - Possui graduação em Direito pela Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e Letras de Rondônia (1999). Defensora Pública do Estado do Acre. Mestre em Direito pela Universidade Estácio de Sá do Rio de Janeiro - UNESA, na área de novos direitos. Na Defensoria atua na área cível e criminal e na área de Direitos Humanos.
- **Francisco Djalma da Silva** - É formado em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco. Ingressou na magistratura e foi nomeado juiz de Direito substituto em 25 de maio de 1988, iniciando o exercício na Comarca de Feijó. Foi empossado como desembargador do Tribunal de Justiça do Acre em sessão solene realizada no dia 5 de outubro de 2012, tornando-se membro da Câmara Criminal. Ocupou o cargo de diretor da Escola do Poder Judiciário (Esjud) durante o biênio 2013-2015. Foi presidente da Câmara Criminal no biênio de 2015-2017. Ocupou o cargo de vice-presidente do Tribunal de Justiça do Acre no biênio 2017-2019 e presidente do Tribunal de Justiça do Acre no biênio 2019-2021. E presidente da Segunda Câmara Cível no biênio 2021–2023, além de haver presidido o Tribunal Regional Eleitoral do Acre no período de 9.8.2021 a 9.8.2023. Atualmente, no biênio 2023-2025, é membro substituto na classe de desembargador do Tribunal Regional Eleitoral. E, no biênio 2025-2027, preside a Câmara Criminal e é supervisor do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF) desde o ano de 2023.
- **Ludmila Cerqueira Correia** - Doutora em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (2018), com estágio doutoral no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (2015/2016). Mestra em Ciências Jurídicas (área de Direitos Humanos) pela Universidade Federal da Paraíba (2007), com pesquisa junto ao Departamento de Teoria e História do Direito da Università degli Studi di Firenze e ao Centro de Pesquisa Laltro diritto (2006/2007). Graduada em Direito pela Universidade Católica do Salvador (2002). Professora, pesquisadora e extensionista na Universidade Federal da Paraíba, onde coordena o Grupo de Pesquisa e Extensão Loucura e Cidadania desde 2012 e está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas. Integra o Grupo de Pesquisa O Direito Achado na Rua (UnB), o Instituto de Pesquisa Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS), a Rede de Pesquisa Empírica em Direito (REED), o Núcleo de Etnografias Urbanas do CEBRAP e o Comitê Estadual Interinstitucional de Monitoramento da Política Antimanicomial do Poder Judiciário da Paraíba (CEIMPA). Tem experiência profissional e acadêmica na área de direitos humanos, atuando principalmente nos seguintes temas: direitos humanos e saúde mental; luta antimanicomial, reforma psiquiátrica e desinstitucionalização; loucura, criminalização e política antimanicomial; sistema de justiça e práticas e políticas de desencarceramento; extensão universitária e assessoria jurídica popular; movimentos sociais, grupos subalternizados e processos de luta na construção dos direitos.
- **Marden Marques Soares Filho** - Ministério da saúde (Coodenação de Desinstitucionalização e Direitos Humanos)
- **Natália Vilar Pinto Ribeiro** - Possui graduação em DIREITO pela Universidade Federal de Pernambuco (2012) e doutorado em Teoria e Storia dei Diritti Umani - Università degli Studi di Firenze (2017), Mediadora de Conflitos, foi Assessora Especial do Ministro de Estado dos Direitos Humanos e atualmente é Coordenadora Estadual do Programa Justiça Presente do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. Atua principalmente nos seguintes temas: Direitos Humanos, sistema penal, excluídos, cárcere, justiça restaurativa, cárcere feminino, mediação, imigração e refugiados.
- **Patrícia Carlos Magno** - Defensora Pública do Estado do Rio de Janeiro
- **Pedro Pascoal Duarte Pinheiro Zambon** - Possui graduação em Medicina - Faculdades Integradas

Aparício Carvalho (2013). Atualmente é proprietário - TREMEM - TREINAMENTOS EM EMERGÊNCIAS, preceptor do internato da Universidade Federal do Acre, docente da Universidade UNINORTE, médico do Hospital de Urgência e Emergência de Rio Branco, medico plantonista - UNIMED RIO BRANCO, responsável técnico - rt - RIO BRANCO AEROTAXI e coordenador estadual - SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGENCIA. Tem experiência na área de Medicina, com ênfase em urgência e emergência.

- **Pablo Rodrigo** - Médico da Equipe de Atendimento à Pessoa Custodiada (EAP/AC)
- **Raimundo Nonato da Costa Maia** - É formado em Direito pela Universidade Federal do Acre – Turma de 1992. Possui MBA em Poder Judiciário pela Fundação Getúlio Vargas – Direito Rio – 2008. Pós-Graduado em Prestação Jurisdicional – Teoria da Decisão Judicial e Direitos Humanos – pela PUC/PR em convênio com a Esjud/Enfam – 2023. No ano de 1995, foi aprovado para o cargo de juiz de Direito substituto do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, tomando posse no dia 1º de fevereiro de 1996, sendo designado para a comarca de Feijó. Promovido ao cargo de desembargador, por merecimento, no dia 25 de outubro de 2023, cuja posse ocorreu no dia 1º de dezembro de 2023. Atualmente, ocupa o cargo de corregedor-geral da Justiça do TJAC para o biênio 2025-2027.
- **Robson Ribeiro Aleixo** - Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Acre; Mestre em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos pela Universidade Federal de Tocantins - UFT (2023/2024); Especialista em Direito Anticorrupção pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (2023); Graduado em Direito pelo Centro Universitário do Espírito Santo (2000).
- **Romina Moreira de Magalhães Gomes** - É psicanalista praticante. Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1999), mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2002) e doutorado em Psicologia, área de concentração Estudos Psicanalíticos, pela UFMG (2015), com doutorado sanduíche (estágio de doutorado) na Université de Rennes 2, France. É Coordenadora Técnica do Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário (PAI-PJ), do TJMG. Preceptora das Residências em Psiquiatria e Multiprofissional do Hospital Metropolitano Odilon Behrens (HOB). É Editora Adjunta da Revista Responsabilidades, do TJMG. Atua principalmente nos seguintes temas: clínica, psicanálise, saúde mental, psicopatologia, criminologia, louco infrator, psicologia jurídica.

1.8.3.3. Objetivos:

- A formação visa capacitar os(as) operadores(as) do sistema de justiça, gestores e profissionais da rede de Atenção Psicossocial, da assistência social, dos serviços penais, do sistema prisional, para implementar a Polícia Antimanicomial do Poder Judiciário, assegurando assistência qualificada e em liberação às pessoas com transtorno mental em conflito com a lei.

1.8.3.4. Estrutura da Formação

Tema 01: Marco Legal, Conceitual e Fundamentos da Política Antimanicomial

	Manhã			Tarde	
	9h às 9h30	9h30 às 11h	11h às 12h30	14h às 15h30	15h30 às 17h
Data 29/10					

1º Dia - 6h30	Abertura	Política antimanicomial do poder judiciário – marco jurídico, conexões com a pena justa – lei 10216/2021	Saúde Mental, Justiça e Sistema Penal: Aspectos clínicos, jurídicos e psicossociais. Entendendo transtorno mental, medida de segurança, imputabilidade e os impactos das práticas manicomiais no sistema de justiça - Interleção entre saúde, direito penal e políticas públicas.	O papel do sistema de justiça na superação do modelo manicomial – atuação na porta de entrada e a desinstitucionalização – atuação das varas criminais, execução penal e custódia. Desafios na aplicação de medidas terapêuticas em liberdade e no enfrentamento do uso indevido de espaços de privação de liberdade	Funcionamento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e Articulação Intersetorial: Como funciona a RAPS no Acre? Desafios, dispositivos e possibilidades para a efetivação do cuidado em liberdade
Formadores	Des. Francisco Djalma Des. Raimundo Nonato Pedro Pascoal	Robson Aleixo Patrícia Carlos Magno (Virtual)	Afrânio Nardy Marden Marques	Bruna Oliveira Flávia Nascimento	Ana Cristina Messias

Tema 02: Ferramentas Operacionais, Fluxos e Práticas Intersetoriais.

Data 30/10	Manhã		Tarde	
	9h às 10h30	10h30 às 12h	14h às 15h30	15h30 às 17h
2º Dia - 6h	Apresentação do Fluxo Intersetorial de Atendimento e Acompanhamento Junto à RAPS: Fluxo operacional construído pelo CEIMPA e parceiros para garantir a articulação entre poder judiciário, saúde mental, assistência social e sistema prisional	Construção e Análise de Projetos Terapêuticos Singulares (PTS). Passo a passo prático: elaboração, monitoramento e responsabilidades institucionais no PTS.	Aplicação do Fluxo na prática judicial: Análise de casos simulados: procedimentos anteriores à decisão judicial na audiência de custódia, decisão judicial, remessa à rede, acompanhamento e revisão periódica. Discussão sobre entraves, soluções e adequação das práticas à realidade do território	Intersetorialidade na prática. Dinâmica de mapeamento das responsabilidades de cada ator institucional (poder judiciário, ministério público, defensoria, RAPS, Assistência Social e Sistema Prisional. Construção conjunta de compromisso e pactuações operacionais.
Formadores	Ana Cristian Messias	Romina Magalhães Marden Marques	Robson Aleixo Pablo Rodrigo	Ludmila Cerqueira Correia David dos Anjos

Tema 03: Monitoramento, Avaliação e Encaminhamentos.

Data 31/10	Manhã		
	9h às 10h30	10h30 às 12h	12h às 12h30
3º Dia - 3h	Monitoramento, indicadores e responsabilidade institucional: como acompanhar a implementação da prática? Ferramentas de monitoramento, controle judicial, elaboração de relatórios, inspeções e acompanhamento das EAPs.	Mesa de diálogo final – Desafios e compromissos para efetivação da política antimanicomial no Acre	Encerramento
Formadores	Natália Ribeiro	Flavia Nascimento Robson Aleixo Patrícia Amorim	Robson Aleixo

1.8.3.5. Metodologia:

A metodologia do curso será centrada em uma abordagem dinâmica, visando envolver os participantes de maneira ativa e promover a reflexão. Será adotada uma combinação de exposições teóricas, quiz, manual de procedimento e atividades. Para ser certificado no evento, é necessário no mínimo 75% de presença.

1.8.3.6. Relação com Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Educação de qualidade, Redução das desigualdades, Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

2. DO PÚBLICO-ALVO

2.1. Público-Alvo:

- **Público-Alvo Prioritário:** Magistradas(os), servidoras(es) do Tribunal do Justiça do Estado do Acre, além de operadores do Sistema de Justiça, gestores e profissionais do Estado e de todos os Municípios do Estado que atuam na RAPS, na política da Assistência Social, EAP e Sistema Prisional, membros do CEIMPA e profissional dos serviços penais.

2.2. Número de Vagas: 70 (setenta) vagas.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. No período de 29 a 31 de outubro de 2025 estarão abertas as inscrições para o curso: **Política Judiciária de Caráter Antimanicomial**.

3.2. A inscrição será realizada no Sistema EmeronWeb, diretamente no [link https://escola.tjac.jus.br/emeronWeb/externas/inscricoes/listar.xhtml](https://escola.tjac.jus.br/emeronWeb/externas/inscricoes/listar.xhtml).

3.3. Para receber a confirmação da inscrição, o(a) participante deverá informar um número de *WhatsApp* no momento da inscrição no Sistema EmeronWeb.

3.3.1. Será enviado, 24h antes do evento, o *link* do seminário através do e-mail e mensagem no *WhatsApp*. Usaremos os dados cadastrados no EmeronWeb.

3.4. A Coordenadoria de Execução Educacional – COEED fará o controle de frequência dos(as) alunos(as) mediante registro de presença no próprio sistema.

3.5. Ao final da ação educacional, a Coordenadoria de Controle e Monitoramento - COMON fará os devidos registros no Sistema para a certificação do(a) aluno(a).

4. DA AVALIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO

4.1. Terá direito ao certificado de participação no curso o(a) aluno(a) que obtiver a carga horária de 100% (cem por cento).

4.2. O(a) concludente obterá o certificado no Sistema EmeronWeb, na área do(a) aluno(a), acessando o link <https://escola.tjac.jus.br/emeronWeb/externas/inscricoes/listar.xhtml>.

4.3. Para efeito de certificação serão considerados(as) os(as) participantes que efetuarem o cadastro e inscrição no Sistema EmeronWeb e obtiverem frequência mínima descrita no item 4.1.

5. DA ESTIMATIVA DE GASTOS PARA A REALIZAÇÃO DO TREINAMENTO

5.1. Investimento total de R\$ 49.225,41 (quarenta e nove mil duzentos e vinte e cinco reais e quarente e um centavos) incluindo despesas com 3,5 diária para seis palestrantes e passagens aéreas.

6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. O cancelamento de inscrição poderá ser feito pelo participante até 48 (quarenta e oito) horas antes da data do início da ação educacional, mediante envio dessa solicitação ao *e-mail* da Coordenadoria de Execução Educacional – COEED: coeed@tjac.jus.br.

6.2. A Coordenadoria de Execução Educacional – COEED será responsável pelo monitoramento da frequência do(a) aluno(a).

6.3. Eventuais omissões verificadas neste Edital serão sanadas pela Direção da Escola do Poder Judiciário do Acre – ESJUD.

Cronograma

DATA	HORÁRIO	LOCAL	ETAPA
22 de setembro de 2025.	8h	https://esjud.tjac.jus.br	Publicação do Edital.
De 22 de setembro a 26 de outubro de 2025	—	https://esjud.tjac.jus.br	Período de divulgação e inscrições.
De 29 a 31 de outubro de 2025.		Escola do Poder Judiciário do Acre	Política Judiciária de Caráter Antimanicominal.

Desembargador **Luis Camolez**

Diretor da ESJUD

Rio Branco - AC, 13 de junho de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Luis Vitorio Camolez**, Diretor da ESJUD, em 18/09/2025, às 11:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjac.jus.br/verifica> informando o código verificador **2123056** e o código CRC **C5D39510**.
